

PORTO PAGO
ECT - DR/SP
UNIDADE: Cidade de São Paulo
ISR - 40 - 3051/81

S U P L E M E N T O

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 91

n. 191

São Paulo

quarta-feira, 7 de outubro de 1981



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EXPEDIENTE DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 9.^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 30/09/1981

PROJETO DE LEI N.º 463, DE 1981

MENSAGEM N.º 129, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 30 de setembro de 1981

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa nobre Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo projeto de lei referente à proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, abrangendo o triênio 1982/84, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 60 e no § 3º do artigo 62 da Constituição da República, às normas estabelecidas no Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, alterado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro de 1969, e ao artigo 82 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado.

O Programa de Investimentos do Governo para o triênio, consubstanciado na proposição, abrange um montante de recursos da ordem de Cr\$ 3 084 bilhões, cuja aplicação se destina a investimentos, operações financeiras e transferências de capital, nos termos da Lei federal nº 4 320, de 17 de março de 1964, e das Portarias Ministeriais nº 9, de 28 de janeiro de 1974, nº 25, de 14 de julho de 1976, e nº 38, de 5 de junho de 1978, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, cujo desdobramento, por natureza de recursos e área de aplicação, é efetuado nos Anexos I e II.

Paralelamente aos aspectos formais que visam atender à legislação aplicável, cumpre-me enfatizar o contexto de dificuldades econômicas em que se insere a apresentação do incluso documento, dificuldades que atingem não apenas o Estado e o País, mas a economia mundial como um todo. Por conseguinte, impõe-se a adoção de critérios rígidos de seletividade e parcimônia na programação do emprego dos recursos, restando, no entanto, a expectativa de que, ao longo do triênio, a evolução favorável do quadro econômico enseje reformulações em favor de um maior de investimentos do Poder Público, principalmente na área social.

O mundo vem sofrendo os efeitos de pro-
longada crise econômica, evidenciada, principalmente, a par-
tir do final de 1973, com o primeiro aumento dos preços do
petróleo, seguido, em 1979, de novo impacto. Mais recente-
mente, essa situação foi agravada pela evolução significa-
tiva das taxas de juros praticadas pelos banqueiros inter-
nacionais. Tais fatores têm contribuído sobremaneira para
o desequilíbrio das contas externas dos países importado-
res de petróleo. O tratamento adotado em maior ou menor es-
cala, pelas nações, para solucionar a crise, visa ao desa-
quecimento da economia, o que acarreta uma redução da capa-
cidade de importar dos países desenvolvidos, com a corres-
pondente dificuldade na ampliação das exportações dos paí-
ses periféricos. Reduzidas as possibilidades da balança co-
mercial como forma de geração de recursos (superávit), a
solução para o fechamento do balanço de pagamentos é cris-
talizada na maior captação de poupança externa.

Inserido nesse contexto mundial e pe-
cendo dos mesmos males, o País, apesar dos esforços envida-
dos no sentido de ampliar sua poupança interna, é forçado
a captar maior volume de recursos de terceiros. Nessa con-
juntura, e em meio a um processo de elevação das taxas de

juros internas e de preços em geral, que vem exigindo do
Governo Federal medidas que implicam um desaquecimento tem-
porário da economia, cumpre ao Governo do Estado programar
seus investimentos em consonância com a capacidade real de
geração de recursos não-inflacionários, mantendo-se infan-
so, porém, ao pessimismo que nada constrói, na firme convic-
ção de que o trabalho da população paulista vencerá as di-
ficultades da hora presente.

Deve ser observado que o Estado de São
Paulo, do mesmo modo que os demais da Federação, apresenta,
como agravante, o declínio, ao decorrer dos últimos anos, da ca-
pacidade de geração de recursos próprios para investimento,
caracterizada pela poupança do Tesouro. Essa tendência de
declínio é decorrente tanto da conjuntura econômica quan-
to da reforma tributária implantada no País a partir de
1967, além da legislação posterior que veio ampliando a
área de isenções do ICA, principal fonte de receita dos Es-
tados.

A nova estrutura tributária, não obsta-
te tenha aumentado a carga fiscal como um todo, que evoluiu
de 20% para 24% do PIB, prejudicou sensivelmente as finan-
ças dos Estados, os quais tiveram reduzida a sua participa-
ção de 47% (1964/66) para 40% (1978) no total da arrecada-
ção das três esferas de governo. Em contrapartida, a União
e os municípios viram crescer sua participação, no mesmo
período, de 40% para 44% e de 13% para 16%, respectivamen-
te. Em complemento aos limitados recursos gerados interna-
mente, resta ao Poder Público Estadual recorrer à busca de
recursos de terceiros, cada vez mais escassos e custosos.

Apesar dessa problemática na área eco-
nômica, enfrentada por minha Administração nos seus primei-
ros trinta meses, procurou-se a viabilização de recursos
para se efetuar dispêndios que proporcionem o atendimento
às necessidades mais prementes da população.

Nesse sentido, e no decorrer das difi-
culdades por que atravessa o País, e, conseqüentemente o
Estado, houve determinação e firmeza no propósito de se
conseguir equacionar os meios necessários para manter ra-
zoável ritmo de investimentos públicos, fator primordial pa-
ra o desenvolvimento econômico, manutenção do nível de em-
prego, procurando atender aos anseios populacionais.

A seguir, apresentam-se as taxas de
crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro e do Paulis-
ta:

TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

1975/80

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Brasil	5,6	9,0	4,7	6,0	6,4	6,0
São Paulo	6,5	10,1	6,5	7,4	7,6	6,4

FONTES dos Dados Brutos: Brasil: FGV; São Paulo: SP/APP -
Assessoria de Política Econômica da Secretaria da Fazenda.

Tais indicadores apontam a força da eco-
nomia paulista como impulsionadora do ritmo de crescimento

da economia brasileira, visto que participa com quase 40%
na formação da renda total do País, além de responder por
47% da renda gerada pela indústria nacional.

Destarte, como centro industrial mais
avançada da economia, foi o Estado o primeiro a ressentir-
se dos efeitos das medidas de combate à inflação, fato que
pode ser constatado no crescimento, em 1980, do PIB, a uma
taxa ligeiramente inferior à média do País.

O Orçamento Plurianual de Investimentos
1982/84 apresenta a seguinte composição de recursos:

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

QUADRO DOS RECURSOS, POR FONTE

1982/84

FONTES DE RECURSOS	OPI 1982/84 (Cr\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA
Tesouro do Estado	850 758	27,6
Próprios de Empresas, Au- tarquias e Fundações	419 575	13,6
Federais	147 924	4,8
Externas	384 124	12,4
Internas e Outras	1 282 221	41,6
T O T A L	3 084 602	100,0

Verifica-se que, do total da programa-
ção de Investimentos do OPI 1982/84, 46%, aproximadamente,
são gerados pelo Tesouro do Estado, pelos recursos federais
e pelos recursos próprios das empresas, fundações e autar-
quias. Os 54% restantes são oriundos de terceiros, através
de recursos nacionais ou internacionais, em conseqüência
da já citada dificuldade do Estado de gerar poupança con-
traposta à necessidade de realização de investimentos.

Na composição das fontes, destacam-se
os recursos do Tesouro do Estado (28%), que devem ser som-
dos às transferências federais (5%), que são as quotas-per-
tes do Estado, provenientes de impostos federais nele arre-
cadados. Outra significativa fonte de recursos, apresenta-
da no item Internas e Outras (42%), e que representa expres-
siva contribuição para investimentos, provém de empréstimos
e financiamentos nacionais, principalmente do BNH - Banco
Nacional de Habitação (e de seus diversos subprogramas pa-
ra saneamento e habitação), do BNDE - Banco Nacional de De-
senvolvimento Econômico e de outras instituições destina-
das aos setores sociais e de infra-estrutura, preferencial-
mente a SABESP, a FEPASA, a CESP, a CRAGESP, a CODESPAULO
e o DAEE.

O quadro de aplicações setoriais, apre-
sentado a seguir, aponta o ritmo pretendido para a melho-
ria do Setor Econômico e de Infra-estrutura, fundamental pa-
ra o fortalecimento e dinamização da atividade econômica,
pela sua grande capacidade de geração de emprego, com efei-
tos positivos inclusive no setor privado. Para o referido